VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

SESSÃO REALIZADA NO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2024

ATA NÚMERO CINQUENTA E SEIS

Aos dezanove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas e oito minutos, teve lugar a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa, a 1ª Secretária, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa, e a 2ª Secretária, Dália Miranda Lopes Eira.----------

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Abel Filipe Dias Gonçalves, Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Andreia Maria Ferreira Teixeira, Carla Isabel Argueles Cáceres, Jaime da Silva Quintas João Paulo Rebelo da Silva, Joaquim de Sousa Rocha, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Natália Maria Soares Gonçalves, Rui Pedro Fernandes Teixeira, Alcino de Sousa Lopes, Alexandra Mónica Soares Amaro, Arménio José Pereira da Costa, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, Flipe da Silva Lopes, João Morais de Sousa, Joaquim César Ramos Rodrigues, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Manuel Paulo de Jesus Lopes, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria José Guerra Gamboa Campos, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Serafim da Silva Teixeira, José Fernando Santos Almeida, Carla Maria Rodrigues Costa, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, Joaquim Moreira Barbosa, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol, João Emanuel de Gouveia Martins, Nelson de Jesus Martins da Silva, André Araújo Ferreira e Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira. ----------

Faltaram, justificando a ausência sendo substituídos(as) pelo elemento disponível, os(as) seguintes deputados(as) municipais:, Carlos Alberto Pinto Ribeiro, substituído por Bruno Miguel Monteiro Vieira de Oliveira, Carlos José Pinto Vergueiro, substituído por Manuel Benjamim Leite Soares, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, substituído por Aurora Marina Paula Ferreira Teixeira, Joaquim António Dias Tavares substituído por Jorge Filipe Gomes Pereira, Tiago Filipe da Costa Braga substituído por João Pedro Ferreira Martins, Paulo José Melo Martins, substituído por Júlia Dorinda, Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, sendo substituída por Beatriz Castro Pinto, Jorge Manuel dos Santos Pereira, substituído por Alcides do Couto Pereira e Pedro Petiz de Castro Viana, sendo substituído por Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto.----------

Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues e os Senhores(as) Vereadores (as): Dário Soares Freitas da Silva, Elísio Ferreira Pinto, Célia Maria Mendes Correia e Rui Manuel Alves da Rocha Pereira. ----------

Estiveram ausentes, a senhora Vice-Presidente Marina Raquel Lopes Mendes e os senhores (as) Vereadores (as) José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar, José Valentim Pinto Miranda, Paula Cristina Martins Carvalhal Manuel de Oliveira Guedes e Isabel Maria Carvalho Correia de Sousa.----------

Ponto 1 - Público.----------

Senhora Vanda Craveiro, União de Freguesias Mafamude e Vilar do Paraíso na sua intervenção disse ter comprado em outubro do ano passado, um apartamento no Edifício Descobrimentos três. Teve conhecimento de uma certidão que confirmava que os moradores tinham direito a isenção de IMI e IMT. Uma série de vizinhos pediram essa isenção, e a primeira tranche de vizinhos viu o seu pedido ser aprovado. Uma segunda tranche de vizinhos que fez esse mesmo o pedido foi-lhes negado. Gostariam de saber qual foi o critério que assistiu, sendo que realmente existia uma certidão da senhora diretora do Urbanismo, a comprovar que se tratava de um prédio de reabilitação urbana. Também queria saber porque de acordo com as atas nº 2 de 22 de janeiro e Ata nº 5 de 4 de março de 2024, da Assembleia Municipal, os mesmos pedidos de isenção de IMI foram uns aprovados e outros indeferidos.----------

Senhor João Dias, União de Freguesias Mafamude e Vilar do Paraíso na sua intervenção disse tratar-se do mesmo assunto, resumindo, gostaria de obter uma resposta porque era que na Assembleia da Ata nº2, de 22 de Janeiro de 2024, exatamente o mesmo prédio, foi aprovada a isenção de IMI e de IMT e passado um mês e meio na reunião de 4 de Março de 2024, para exatamente o mesmo prédio, o pedido foi indeferido, dizendo que não se tratava de uma reabilitação urbana, quando na reunião de janeiro o pedido foi aprovado por se tratar de uma reabilitação urbana. De acordo com o munícipe era uma grande incoerência da Câmara. Além disso, o seu pedido tinha sido submetido em dezembro de 2023, sendo apenas informado que o mesmo se encaminhava para indeferimento em maio de 2024. No próprio dia apresentou uma alegação que ainda não obteve resposta. Da última vez que foi procurar resposta um senhor confidenciou-lhe de forma informal que eram questões de poder político e não de questões técnicas. E que não havia vontade política e que a certa altura, a vontade política decidiu "fechar a torneira", falando coloquialmente----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues na sua intervenção deu os devidos esclarecimentos aos senhores munícipes e relativamente à atribuição de benefícios disse que não era uma atribuição que se fizesse casuisticamente. Era uma atribuição individual por requerimento. Houve um

conjunto de requerimentos que deram entrada no final do ano passado e que foram apreciados em janeiro, em reunião de Câmara. Deliberavam perante os dados e evidências que tinham e como era hábito aprovavam ou não as isenções. Era todo um processo. As atas eram públicas e atas da Reunião de Câmara, não da Assembleia. No entretanto, nos dois meses, entre janeiro e março, tiveram notícia de um conjunto de pessoas, famílias e empresas que eram, não as imobiliárias que compravam os apartamentos, mas as imobiliárias ou os construtores que os vendiam. Tiveram uma série de questões, não sobre o prédio em concreto, mas sobre variadíssimos outros de que as finanças estavam a bloquear todas as propostas de isenção que não fossem genuinamente reabilitação urbana. Quem votava eram os vereadores, dos vários partidos, e no caso em questão votaram por unanimidade. Portanto, não era uma questão partidária, nem uma questão política. Os vereadores, perante essa constatação, o que fizeram foi deliberar na defensiva. A Câmara emitiu uma certidão, não de isenção, mas de delimitação da área de reabilitação urbana. Quem dava a isenção eram as finanças e as taxas é que seriam definidas por eles depois de uma resposta definitiva, não teria de ter uma resposta padrão. Enviavam o processo para análise jurídica, interna e externa, por uma pessoa que era absolutamente insuspeita, a senhora professora Fernanda Paula Oliveira, da Universidade Coimbra. Se a análise viesse a ser no sentido de que, mesmo não sendo uma reabilitação, estava numa área onde pretendiam apostar na reabilitação, mesmo sendo um prédio novo, teriam direito à isenção em questão. Se o parecer fosse oposto, a Câmara revogaria a decisão inicial e todos teriam que pagar. No caso da ARU em concreto, Aru Cidade Gaia, era um marco que começava basicamente na Afurada e acabava até quase ao limite de Canelas. Portanto, uma ARU tão grande que se eles tivessem vontade de cobrar os impostos teriam feito uma coisa mais pequenina no centro histórico ou numa zona mais específica, uma zona de ilhas, etc. ----------

Senhor Francisco Eurindo Pereira Monteiro, Freguesia de Canidelo na sua intervenção questionou o presidente se já tinha passado nos antigos terrenos da seca do bacalhau, se foi ver a Marina e onde estava o letreiro a dizer que Luís Filipe Menezes é que aprovou, deveria pôr um letreiro a dizer que tanto na zona da seca do bacalhau como junto à Quinta Marcos Gomes, até uma elevação estava a ser demolida. Se seria para construírem mais não sabia. Lamentava ver as zonas verdes, principalmente a beira-mar, desaparecerem todas. Houve alterações no trânsito e as ruas continuavam sem arranjo. Toda a zona de Sampaio, não tinha sido arranjada, estava cheia de buracos e o trânsito triplicou. Com as alterações, as camionetas que passavam na zona quase que não cabiam. As pessoas tinham de ter cuidado quando vinham à porta, senão ficavam sem a cabeça se viessem espreitar. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues esclareceu o senhor munícipe, dizendo que o processo da Quinta Marques Gomes e o processo da seca do bacalhau, era o processo 3436/09PL. Significava que que deu entrada na Gaiurb no ano 09, ou seja, ano do Licenciamento 2009. O atual executivo tomou posse em 2013. Dirigindo-se ao munícipe disse que ele tinha de olhar para a data em que começaram

a fazer os alicerces, acreditava que era por desconhecimento, tentar dizer, por defesa político partidária, que a seca do bacalhau e a Quinta Marques Gomes, que estavam no momento a começar em grande escala a ser construídas, já tinham umas "coisitas", mas coisa quase invisível, que foram licenciadas pelo presidente de Câmara era mentira, porque aquele processo era de 2009 e foi licenciado em 2009. Vir ali dizer que porque um prédio começou a ser construído há dois anos, foi o atual presidente que o licenciou era falso.----------

Senhora Maria Barros, Freguesia de Canidelo na intervenção disse vir de Canidelo, com outros moradores, precisamente para tratar dos transportes inexistentes em Canidelo. Segundo a mesma a riqueza no país costumava ser, ter transportes públicos como devia ser, que naquele caso não existiam. A empresa que, há dez meses, servia Canidelo não aparecia. Gostava de saber para quando a situação normalizava. As pessoas esperavam 1h00, 2h00 e até 03h00 nas paragens. Não tendo transporte, teriam que apanhar táxi, etc. A situação era insustentável e vergonhosa.----------

Senhora Maria Soares, Freguesia de Canidelo disse que a munícipe que antecedeu já tinha falado na questão dos transportes, a outra situação que a levava ali era a Rua dos Fortes. Tinham umas ruínas ao cimo da rua com as pedras a cair, com o vento partiam as janelas e os vidros e ninguém fazia nada. Uma senhora que ia para a camioneta das seis, foi às 05h30 da manhã, por pouco a apanhava. Também existia lá um morador novo, que necessitava ser internado e tratamento não tinha, metia-se dentro dos contentores, atirava o lixo todo para o chão e levava-o para casa. Era uma porcaria e um cheiro que não se aguentava. Também falou dos sinais que colocaram não tapando os buracos que fizeram e saía água choca. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues disse ao senhor munícipe, que juntamente com a senhora Presidente da Junta iria visitar o local, porque desconhecia. Tinham um serviço imediato nas águas de Gaia que quando havia um entupimento dessa natureza havia a capacidade de resposta imediata. Que haveria sempre necessidade de pedirem a intervenção do piquete para os serviços terem conhecimento. Seguramente seria por razões que teriam a ver com pendentes da tubagem ou com tubagem partida. Relativamente á questão da UNIR existiu uma imposição legal de transporte público a partir de concurso público, que foi ganho por uma empresa. Não era nenhuma das que estavam em Gaia, era uma empresa que se chamava Auto Viação Feirense. Ganhou o concurso por sete anos. A empresa em Vila Nova de Gaia estava no momento a fazer menos 30% de quilómetros do que aquilo que o concurso previa, ou seja, ao contrário do que acontecia até há dois anos, a Câmara pagava para subsidiar o transporte público. No concurso vinham 7 milhões de quilómetros ano. A empresa está a fazer menos de 5 milhões de quilómetros ano, na média dos oito meses que tinham contabilizado. Significava que a empresa poderia fazer mais quilómetros, pois mais recebia. Não o fazia porque não havia capacidade de resposta. Faltavam motoristas, que iam chegando às pinguinhas, de Cabo Verde e do Brasil, e apesar de ganharem em média 1800 € mês, trocavam o empregador ás vezes por pouco valor de diferença no ordenado. Depois havia um problema de autocarros. Os autocarros que se encontravam no momento ao serviço estavam a crescer e praticamente

não existiam autocarros a diesel a circular. Os autocarros atuais, na esmagadora maioria, salvo honrosas exceções que ainda pudessem existir a diesel, eram autocarros, camelos, daqueles que tinham a bossa em cima- o gás natural. ----------

Ponto 2 - Leitura, Discussão e Votação de Atas ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 51 de 13 de junho de 2024.-----

Votação: Aprovada por Unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: Abel Filipe Dias Gonçalves, Alcino de Sousa Lopes, Alexandra Mónica Soares Amaro, Carla Isabel Argueles Cáceres, Filipe da Silva Lopes, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo, Rui Pedro Fernandes Teixeira, João Pedro Ferreira Martins, Júlia Dorinda Lima Sampaio, Beatriz Castro Pinto e André Araújo.----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 52 de 27 de junho de 2024.-----

Votação: Aprovada por Unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: Abel Filipe Dias Gonçalves, Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Alcino de Sousa Lopes, Arménio José Pereira da Costa, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, Filipe da Silva Lopes, Jaime da Silva Quintas, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Manuel Paulo de Jesus Lopes, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo, João Pedro Ferreira Martins, José Fernando Santos Almeida, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, Beatriz Castro Pinto e André Araújo ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 53 de 18 de julho de 2024.------

Votação: Aprovada por Unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: Abel Filipe Dias Gonçalves, Alcino de Sousa Lopes, Alexandra Mónica Soares Amaro, Carla Isabel Argueles Cáceres, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Filipe da Silva Lopes, Jorge Filipe Gomes Pereira, Joaquim César Ramos Rodrigues, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Manuel Paulo de Jesus Lopes, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Rui Pedro Fernandes Teixeira, Joaquim Moreira Barbosa, Júlia Dorinda Lima Sampaio, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira e Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto.----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 54 de 25 de julho de 2024.------

Votação: Aprovada por Unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: Abel Filipe Dias Gonçalves, Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Alcino de Sousa Lopes, Filipe da Silva Lopes, Jorge Filipe Gomes Pereira, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo, Mónica Alexandra da Silva Almeida, José Fernando Santos Almeida, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira e André Araújo Ferreira.----------

Ponto 3 - Período de Antes da Ordem do Dia ----------

O Senhor Presidente da Mesa apresentou um **Voto de Solidariedade** apresentado por todos os Grupos Municipais, "às Populações e aos Bombeiros - Dia de Luto Nacional", conforme documento em anexo **(vide anexo 1)**. ----------

Senhor Deputado Gonçalo António Nogueira Sousa Pinto (IL) apresentou um, **Voto de Recomendação**, "Renomeação do Pavilhão Nelson Mandela para Pavilhão Rui Oliveira", conforme documento em anexo **(vide anexo 2)**. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues chamou a atenção da Assembleia para ser informado se havia o consentimento prévio da pessoa nomeada na proposta, se falaram com o Rui Oliveira, de forma a saber se ele aceitaria retirar o nome de Nelson Mandela e pôr o dele.----------

Senhor Deputado Gonçalo António Nogueira Sousa Pinto (IL) disse que naturalmente, eles não iriam pedir autorização a uma pessoa para lhe atribuir um nome, quando efetivamente nem sequer sabiam se iria ser aprovada a proposta. Estariam naturalmente a colocar a carroça à frente dos bois. Naturalmente, outra questão não seria um grupo municipal partidário a pedir a anuência de um atleta para o seu nome, para um pavilhão, quando efetivamente, essa responsabilidade estaria a cargo do Executivo Municipal e da Câmara Municipal que irá inaugurar esse pavilhão. Portanto, achava que naquele caso a responsabilidade era inteiramente do executivo municipal, não deles e, naturalmente dependeria da vontade da Câmara.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues disse ao senhor deputado não ter conseguido perceber a resposta, significava que propunham um nome de uma pessoa viva, para um pavilhão, para uma rua, para um largo, para uma praceta, sem ter contactado a pessoa. E se fosse aprovado é que pediriam à pessoa, já depois de ter usado o seu nome em público, que aceitasse dar nome àquilo que eles decidiram. Continuou dizendo que, em dez anos do seu mandato, todos os nomes que foram propostos, por

uma questão de decência e de caráter foram previamente falados, porque as pessoas não estariam todas disponíveis para dar um nome a um pavilhão. O Rui Oliveira poderia querer dar o nome a um auditório dar nome a outra coisa qualquer. Portanto, percebia bem, que o Rui Oliveira não sabia que naquele momento a Assembleia Municipal de Gaia estaria a tentar tirar o nome do Nelson Mandela, que estava atribuído há dois anos, para dar o nome ao Rui Oliveira. Segundo a sua opinião e porque o conhecia, jamais o Rui Oliveira aceitaria que retirassem o nome de um Nelson Mandela para pôr o nome dele como não aceitaria que o nome dele estivesse a ser usado de forma escandalosamente oportunista em público.----------

Senhor Deputado Gonçalo António Nogueira Sousa Pinto (IL) acusou o presidente de colocar floreados no seu discurso, mas era muito simples e sempre assim trabalhou, só depois é que se faria o briefing com a pessoa a quem se iria entregar o trabalho. Não pedia uma aprovação hipotética de uma eventual proposta que não estava sequer aprovada junto de um atleta para o qual, naturalmente, fazia todo o sentido a homenagem gaiense, porque Rui Oliveira é gaiense. Tudo tinha um fio condutor e não pediria uma coisa a alguém que nem sequer ainda se tinha concretizado. A homenagem para o Rui Oliveira era justa e tempestiva. E num ano histórico para Gaia e num ano histórico para Portugal, tinha havido muito poucos campeões europeus campeões olímpicos em 30 edições das modalidades. Finalizou perguntando ao presidente se pediu autorização à família de Nelson Mandela para o nome. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues respondeu ao deputado que quando decidiram, Nelson Mandela estava morto, então contactaram a Associação "Nelson Mandela", que à época era presidida, a título honorífico, pela sua esposa, ao momento da morte, e pediram autorização para utilizar. Á observação que nada tem a ver com Gaia, lembrou-lhe que ele tem em Vila Nova de Gaia a única escola Ubuntu do país. A propósito das homenagens falou também nas atribuições das medalhas de Mérito Municipal onde ele com todos os vereadores e conjuntamente com o presidente da Assembleia Municipal decidiam. Deu o exemplo do Rosa Mota. Mediaram oito anos, entre a medalha da Rosa Mota e a denominação ao pavilhão. A Câmara do Porto da época, e bem, esperou pelo fim da carreira. Porque poderia acontecer alguma coisa imprevisível e a homenagem não se realizaria. Por isso é que normalmente se homenageava no fim de carreira ou pessoas já falecidas. Criticou o deputado por não ter apresentado a proposta ao grupo, na reunião de líderes. ----------

Senhor Deputado Alcides do Couto Pereira (CH) disse, após terem falado do manifesto voto de pesar, ter também a manifestar um voto de louvor, um voto de louvor a todos os cidadãos, forças políticas, GNR, PSP, especificamente os bombeiros e outros, que os meios de comunicação às vezes não falavam. Também agradecia os outros meios que vieram da França, da Espanha e de Marrocos. Realmente tinha havido uma má orientação de Portugal, que não estava a contar com o sucedido. Alguém tinha falhado mas nunca havia culpados. Num contexto difícil e exigente, de perda de vidas humanas, animais e propriedades, causados pelos terríveis incêndios que assombravam o território nacional. Ele, como representante do partido CH,

além de falar do voto, que foi falado em conjunto, o voto de pesar, manifesta, o voto de louvor, principalmente aos bombeiros. Era isso que queria chamar a atenção. ----------

Senhor Deputado André Araújo Ferreira (CDU) começou por referir que tinham consciência, nas reuniões de líderes, que os votos iam ser lidos primeiro e depois haveria intervenções, a moção dos bombeiros também teria de ser consensualizada por todas as forças políticas. De seguida, apresentou uma **Proposta de Recomendação** "Dez meses da Rede UNIR, pelas soluções urgentes para os persistentes problemas da Rede Metropolitana de Transporte Rodoviário", conforme documento em anexo **(vide anexo 3)** ----------

Senhor Deputado José Fernando Santos Almeida (PSD) disse ser a primeira vez que se pronunciavam na Assembleia Municipal sobre a reestruturação dos transportes rodoviários e sobre a Rede UNIR, que sentiam uma profunda indignação e vergonha ao verem os seus concidadãos sujeitos aos factos ocorridos, apesar do início tão atribulado. Era sua convicção de que o plano de reestruturação dos transportes em Vila Nova de Gaia evoluiria de um modo satisfatório e traria ao concelho uma melhoria significativa nesse domínio. Quase dez meses decorridos sobre a implementação da rede, reconheciam melhorias, mas persistiam problemas sérios, alguns dos quais não entendiam. Para melhor exemplificar as insuficiências que ainda se verificavam, passou a ler informações que recebeu e proporcionar também informações próprias. Após 20 tentativas pelo número de telefone disponível, conseguiu falar com uma funcionária que o informou que suspenderam a circulação no período de férias e que iria voltar a circular a partir do dia 16 de setembro. Perguntou ao senhor presidente da Área Metropolitana do Porto se já conheciam da situação e se vão pagar o serviço, investigar ou multar a empresa. Finalizou perguntando ao presidente qual seria o procedimento para acabar com aquela pouca-vergonha. ----------

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro, Filinto Virgílio dos Ramos Lima apresentou **Voto de Congratulação**, apresentado pelo Grupo Municipal da PS e subscrito por todos os Grupos Municipais, "pelos sucessos desportivos do Atleta Sandro Baessa nos Jogos Paralímpicos", conforme documento em anexo **(vide anexos 4)**. ----------

Senhor Deputado João Paulo Rebelo da Silva (PS) disse ser com grande satisfação que saudavam a abertura de mais um ano letivo, um marco sempre renovado de esperança e compromisso com o futuro da nossa sociedade, conforme documento em anexo **(vide anexos 5)**. De seguida, disse que uma das coisas que achavam que tinham feito bem, no trabalho que muitas vezes faziam na Conferência de líderes e no diálogo entre os diferentes partidos , era que procuravam, na medida do possível, fazer aquilo que dizia o Senhor Presidente que era encontrar consensos e encontrar entre todos pontes que permitissem valorizar um concelho que era o concelho de Vila Nova de Gaia e as suas gentes. Nesse sentido, na última conferência de líderes ficou consensualizado que o voto de congratulação seria partilhado por todos os partidos políticos, bem como um outro Voto em torno dos incêndios. E nesse sentido, não entendiam a declaração que o

deputado do CH fez. Admitiam que pudesse ter sido algum tipo de lapso, relativamente à não presença na conferência de líderes do Deputado. Como exemplo disso, o PAN tinha dois documentos para apresentar, como não tinha estado na conferência de líderes, tiveram a oportunidade de dialogar e entenderam que todos juntos apresentariam um documento tão consensual quanto possível, porque isso era o que valorizava o município e a procura daquilo que a todos unia, enquanto cidadãos de Gaia. Nesse sentido, terminava dizendo que o voto que o deputado leu foi apresentado por todos os partidos, incluindo o chega e o voto de congratulação que o senhor Presidente da Junta de Oliveira do Douro apresentou, foi também um voto consensualizado por todos os grupos parlamentares.----------

O senhor Presidente da Mesa referiu o voto de congratulação que foi proposto pelo senhor Presidente da Junta de Oliveira do Douro sobre o atleta seria para votar. Partia do princípio de que, naturalmente, todos ratificaram o voto de solidariedade subscrito por todos e que ele mesmo leu. O voto de recomendação da IL, se não fosse retirado, coisa que deixava ao senhor deputado para ponderar o que iria fazer, seria também. -

Senhor Deputado Alcides do Couto Pereira (CH) dirigindo-se aos deputados falou num manifesto voto de pesar, que soubesse, um voto de pesar e um voto de louvor, eram diferentes. Citando "Agora se querem vir aqui fazer campanha política e dizer que o CH, que não faz isso, é assim, façam a vontade, eu estou aqui para defender a nossa posição e a posição dos gaienses. Primeiro estão os gaienses. Senhor deputado João Paulo Silva, veio para aqui a falar, fazer uma lavagem que vocês é que fazem o trabalho. Disse, tratar-se do ponto de vista de cada um. Agora o deputado João Paulo Silva, respeito as suas palavras e tem direito a falar, como também eu tenho direito a falar. Portanto, agora vir dizer que nós é que fazemos, o partido CH se aprova é porque está bem. Nós não estamos aqui no contra. Portanto, é só isso que tenho a chamar a atenção, eu gosto também que me critiquem se eu estiver mal. Se eu vir que estão a agir mal, eu também vou argumentar."----------

O senhor Presidente da Mesa referiu que quem estava presente nas conferências de líderes teria de articular a informação com os outros colegas. Quem estava na conferência de líderes vinculava quem ia à Assembleia, a informação que o deputado deu á mesa foi que queria reforçar, numa intervenção como todos puderam ler, o papel de louvar os bombeiros. E a mesa não se opôs. Era uma intervenção simples, portanto, havia ali uma confusão desnecessária.----------

Senhor Deputado José Fernando Santos Almeida (PSD) apelou ao senhor deputado da IL, Gonçalo Pinto, porque fazia todo o sentido homenagear os campeões olímpicos, à sua flexibilidade, no sentido de todos decidirem como é que o iriam homenagear e retirar a sua proposta. Pensariam no assunto na reunião de líderes e com certeza que o homenageariam com todo o gosto.----------

O senhor Presidente da Mesa questionou se o senhor Deputado da IL pretendia retirar a Proposta apresentada, o qual, do lugar, anuiu á sugestão do PSD.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues disse que desde que começou a UNIR já tinha percorrido as paragens e andou atrás das camionetas, já tinha passado em D. João II, isso seria um dos assuntos que valia a pena discutir. Não sabia o que se passava em determinado dia, em cada uma das linhas, ainda não tinham a georreferenciação. No dia seguinte iria ser aprovado o Conselho de Administração da nova Empresa Metropolitana de Transportes, e a partir daí, deixaria de ser um grupo de cinco pessoas na Área Metropolitana a gerir os transportes e passaria a ser uma estrutura. Os transportes não eram propriamente um problema de incompetência. A empresa que ganhou a operação não era uma empresa de canto, era uma empresa com uma dimensão brutal, a empresa que mais servia a Flixbus. Para algumas das coisas que explicou, desde que a operação tinha começado houve muitos ajustamentos positivos, também era verdade que nem sempre se conseguiu, por muitos ajustamentos que se fizessem, chegar a toda a gente. Existia a flexibilização dos horários escolares, porque nem sempre os horários escolares eram os mesmos e nem o trânsito. E começando pela proposta, propôs que um grupo da Assembleia Municipal, dos vários partidos, fizesse uma visita a um sábado de manhã, quando terão com certeza mais disponibilidade para visitar a empresa e o modelo de funcionamento, e serão atendidos pelo proprietário, aí levantam as questões que ele explicará. Cada multa que a empresa da Operação UNIR levar, é a receita da Área Metropolitana. Tentar perceber que quando alguém estava metida no assunto, percebe que talvez não seja apenas carregar no botão para tudo ficar a funcionar como o desejado. Portanto, se o senhor deputado achasse bem aquela proposta o presidente agilizaria. E começaria , com o mesmo termo do senhor deputado, "essa coisa vergonhosa", e entendia ser vergonhoso, durante dois ou três meses andarem a ter autocarros com os pneus rebentados, vidros partidos ou grafitados durante a madrugada, depois não saíam às 06h00. Quando chegava o motorista ao sítio da partida não podia cumprir. Existia um movimento, contra o concurso e contra a empresa, de boicote. Isso era absolutamente claro. Quem perdeu vocifera porque achou que deveria ter ganho. Ainda por cima achavam que o presidente da Câmara deveria, na área metropolitana, ter metido a mão no concurso para fazer qualquer coisa que corresse bem. Há muita gente que no momento utilizava a UNIR e algumas falhas existiam, lembrava que tinham uma linha de atendimento direto e um email dedicado a receber as reclamações que no próprio dia eram tratadas junto da empresa. O transporte público nunca seria a contento de todos, sobretudo quando a estratégia que possuíam de momento era polarizar os horários das pontas, porque era o horário das entradas e saídas nas escolas e, beneficiar também os trabalhadores. Se o deputado, fizesse o favor de fazer uma ronda por todos os agrupamentos de escolas e perguntasse a cada diretor do agrupamento quantos stresses é que tiveram com o transporte desde o início do ano letivo ficava grato. ----------

Senhor Deputado André Araújo Ferreira (CDU) disse que as questões da UNIR não eram pequenas falhas, como o presidente disse, e como reconheceu desde a primeira hora, os obstáculos relativamente á Empresa Metropolitana de Transportes. Mas o senhor presidente tinha toda a razão quando dizia que não votaram a

favor, que não localizaram a operacionalização do processo. Estavam contra, mas não obstaculizaram. Não foi pela CDU que não foi aprovada. Lembrou que o presidente tinha dito que iria haver uma revolução nos transportes nova forma de mobilidade. A Unir com uma frota mais moderna e confortável, com uma imagem comum em todo o território, com maior cobertura, mais autocarros, mais horários e linhas, mais numeração, algo absolutamente extraordinário. Estávamos, em velocidade de cruzeiro para atingir os patamares que nos interessavam. Passaram dez meses e a população estava indignada. Apesar do Senhor Presidente ter razão quando dizia que nos últimos 50 anos o transporte público tinha sido uma miséria em Gaia, na Área Metropolitana de Transportes zona do Porto. É profundamente revelador nos últimos dez meses a CDU ir as paragens de autocarro e as pessoas dizerem que preferiam como estava antes. Queria saber para quando o serviço que as pessoas tinham direito. Admitindo, perante aquela primeira semana que foi um caos absoluto e a partir dessa semana houve uma estabilização de serviço perante a reivindicação das populações e o eleito poder local quando é que o serviço vai efetivamente corresponder às necessidades dos trabalhadores e do povo do concelho. ----------

Senhor Deputado José Fernando Santos Almeida (PSD) disse que teríamos de colaborar com as empresas, mas havia uma coisa que teriam de exigir às empresas e serem absolutamente implacáveis, era o respeito pelas pessoas. Não podiam fechar uma linha, quase um mês, sem darem justificações a ninguém. A proposta do presidente era ótima e iriam falar com o presidente da Feirense com agrado e seria o primeiro a oferecer-se para isso. Gostaria de dizer ao presidente do Feirense que se ele fosse presidente da Câmara lhe aplicaria múltiplas multas e estava lá com ele para o ajudar, para tentar melhorar o serviço, para colaborar com a máxima flexibilidade e para eventualmente, ajustar os horários. Falta de respeito pelas pessoas era intolerável.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues disse, com todo o respeito pelo senhor deputado, não havia naquela sala quem quisesse que aquilo corresse tão bem quanto ele. Foi ele que implementou uma coisa que deveria estar implementada desde 2009, por lei, e que só foi implementada em 2019, dez anos depois, porque ninguém teve coragem de o fazer em termos metropolitanos. Os transportes eram uma prioridade para ele. As multas não eram passadas pelas câmaras nem pelos presidentes de câmara, para multar, de acordo com o caderno de encargos, tem de ter um dado objetivo. E o dado objetivo não era o testemunho, o dado objetivo era a georreferenciação do autocarro para ter georreferenciação do autocarro tinha que ter tido uma empresa. O patamar de exigência atual era muito superior ao que tínhamos há dez ou 15 anos. Terminou falando que a visita seria mês de outubro, um sábado de manhã. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Solidariedade, apresentado por todos os Grupos Municipais, "às Populações e aos Bombeiros - Dia de Luto Nacional". ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Congratulação, apresentado pelo Grupo Municipal da PS e subscrito por todos os Grupos Municipais, "pelos sucessos desportivos do Atleta Sandro Baessa nos Jogos Paralímpicos". ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

Foi o Voto de Recomendação, apresentado pelo Grupo Municipal da IL, "Renomeação do Pavilhão Nelson Mandela para Pavilhão Rui Oliveira", **retirado a pedido do Deputado do Grupo Municipal da IL.** ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Proposta de Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, "Dez meses da Rede UNIR, pelas soluções urgentes para os persistentes problemas da Rede Metropolitana de Transporte Rodoviário". ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia pediu autorização aos senhores deputados para prolongar o período da reunião. Disse já terem passado 03h00 regimentais e se ninguém se opuser iriam até à 01h15, para tentar ir o mais longe possível, na ordem de trabalhos. Foi aceite o pedido.----------

4.1. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Proposta de Alteração à Delimitação da Área de Reabilitação Urbana ARU Arnelas e Aprovação da respetiva ORU".

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.1. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade ----------

4.2. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Programa Municipal de Estágios Profissionais remunerados (PMER) – Edição 2024".----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.2. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

4.3. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Plano Municipal da(s) Juventude(s) 2024-2028". ----------

Foi acordado entre todos os Grupos Municipais ser o Ponto 4.3 da O.T. discutido na reunião seguinte. -----

4.4. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Plano de Ação do Programa Radar Social de Vila Nova de Gaia". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.4. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

4.5. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Carta Social de Gaia". ----------

Foi acordado entre todos os Grupos Municipais ser o ponto 4.5 da O.T. discutido na reunião seguinte. ----

4.6. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Plano de Ação dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) 5G Gaia Norte e dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) 5G Gaia Sul" ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.6. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

4.7. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Plano de Desenvolvimento Social de Gaia 2024 / 2028 e respetivo Plano de Ação". ----------

Foi acordado entre todos os Grupos Municipais ser o ponto 4.7 da O.T. discutido na reunião seguinte. ----

4.8. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Empreitada Pavilhão Municipal de Vilar do Paraíso – Aprovação dos Encargos Plurianuais, nos seguintes termos: -------

- **Ano 2023 – € 0 (- € 78.045,54);** ----------
- **Ano 2024 – € 186.511,41 + IVA = € 197.702,09 (cento e noventa e sete mil, setecentos e dois euros e nove cêntimos) | (- € 1.600.338,42);**----------
- **Ano 2025 – € 1.811.574,57 + IVA = € 1.920.269,04 (um milhão, novecentos e vinte mil, duzentos e sessenta e nove euros e quatro cêntimos | (+ € 1.037.233,61);** ----------
- **Ano 2026 – € 604.858,82 + IVA = € 641.150,35 (seiscentos e quarenta e um mil, cento e cinquenta euros e trinta e cinco cêntimos | (+ € 641.150,35)".** ----------

Senhora Presidente da União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso, Alexandra Mónica Soares Amaro, disse que depois de verificados vários entraves sociais motivados pela pandemia, quer burocráticos a construção do Pavilhão Municipal de Vilar do Paraíso, sairá do papel, passando a constituir uma realidade. O desporto era uma realidade insofismável na União de Freguesias de Mafamude de Vilar de Paraíso. A nível nacional, eram das freguesias com maior número de atletas, inscritos nas mais variadas modalidades. Por via disso, a construção de um equipamento desportivo tornou se uma necessidade imperiosa para fazer face à quantidade de associações desportivas que existiam. Não se tratava apenas de um pavilhão, mas sim da requalificação de toda a área envolvente do Parque de São Caetano, respeitando e aumentando a mancha arbórea do parque. Aquele pavilhão desportivo seria mais do que uma obra de cimento e aço. Representaria a união de esforços em prol de um bem maior, a promoção do desporto, da saúde e do bem-estar. Seria um local onde crianças, jovens e adultos poderiam praticar atividades físicas, entre outras e a superação de desafios. O desporto seria sempre uma marca distintiva em Vila Nova de Gaia e, indubitavelmente, em Mafamude e Vilar de Paraíso, conforme documento em anexo **(vide anexo 6)**. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.8. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 41 votos a favor (19 do PS e 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 01 do CDS-PP, 02do BE, 02 da CDU, 01 do PAN e 01 da IL) e 06 abstenções (05 do PSD e 01 do CH). ----------

4.9. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Empreitada Construção da Unidade de Saúde dos Carvalhos – Reprogramação dos Encargos Plurianuais, em cumprimento do art.º 22.º do DL 197/99 de 08 de junho, repristinado pelo Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: ----------

• Ano 2024 – € 287.083,35 (duzentos e oitenta e sete mil e oitenta e três euros e trinta e cinco cêntimos) IVA incluído; ----------

• Ano 2025 – € 3.445.000,00 (três milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil euros) IVA incluído; --------

• Ano 2026 – € 3.157.916,65 (três milhões, cento e cinquenta e sete mil, novecentos e dezasseis euros e sessenta e cinco cêntimos) IVA incluído". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.9. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

4.10. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Empreitada Unidade de execução da área envolvente ao novo Campo de Jogos de Valadares, União de Freguesias de Gulpilhares e Valadares – Aprovação de Repartição dos Encargos Plurianuais, em cumprimento do art.º 22.º do DL 197/99 de 08 de junho, repristinado pelo Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: ----------

• Ano 2024 – € 0; ----------

• Ano 2025 – € 1.142.909,18 (um milhão, cento e quarenta e dois mil, novecentos e nove euros e dezoito cêntimos) IVA incluído; ----------

• Ano 2026 – € 1.714.363,78 (um milhão, setecentos e catorze mil, trezentos e sessenta e três euros e setenta e oito cêntimos) IVA incluído". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.10. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

4.11. da Ordem de Trabalhos Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Empreitada de Reabilitação da Praceta 25 de abril, Freguesia de Mafamude – Repartição dos Encargos Plurianuais, em

cumprimento do art.º 22.º do DL 197/99 de 08 de junho, repristinado pelo Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: ----------

- **Ano 2024 – € 0;** ----------
- **Ano 2025 – € 789.705,36 (setecentos e oitenta e nove mil, setecentos e cinco euros e trinta e seis cêntimos) IVA incluído;** ----------
- **Ano 2026 – € 1.184.558,04 (um milhão, cento e oitenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e oito euros e quatro cêntimos) IVA incluído".** ----------

Senhora Presidente da União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso, Alexandra Mónica Soares Amaro, disse ser com grande satisfação que viam acontecer a reabilitação da Praceta 25 de Abril, um espaço que, sem dúvida, representava muito mais que apenas um local físico para a comunidade. Essa reabilitação marcava a renovação de um lugar que carregava a história e a vivência de muitos e que continuará a ser palco de novas memórias e convívios. A requalificação da Praceta 25 de Abril assumia como grande objectivo aumentar o polo da maior centralidade da cidade, relacionando os espaços entre si de forma integrada, bem como criando um espaço público de excelência e de contemporaneidade. A grande marca desse projecto seria a abertura da praça para a Avenida da República, fomentando a espacialidade, identidade, a hierarquia dos acessos e a sua continuidade. De agora em diante, seria um ponto de referência para o convívio, para a socialização e o lazer, conforme documento em anexo **(vide anexo 7)**. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.11. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

4.12. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Empreitada Pavilhão Municipal de Olival – SOLC – Empreitada de continuação de trabalhos – Proposta de Abertura de Procedimento – Repartição dos Encargos Plurianuais, proposta na Informação INT-CMVNG/2024/15982 de 11 de setembro de 2024". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.12. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

4.13. da Ordem de Trabalhos ""Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao CACI Canidelo – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão e Lar Residencial – Proposta de Abertura de Procedimento – Repartição dos Encargos, proposta na Informação INT-CMVNG/2024/15990 de 11 de setembro de 2024".----------

Senhora Presidente da Freguesias de Canidelo, Maria José Guerra Gamboa Campos, disse que votariam de seguida a repartição dos encargos de uma obra cuja humanidade falava por si. Falavam das pessoas com deficiência, daquelas que viviam muitas vezes na penumbra, daquelas que o país teve vergonha durante muitos e muitos anos de dar luz. Era exatamente por isso que a obra tinha aquela humanidade. Falavam de centenas de crianças com um futuro comprometido, porque a vida nem sempre era justa e para elas não tinha sido particularmente justa. Falavam de todo o abate que existia sobre as famílias e os cuidadores dessas crianças. Falavam da escola pública que, tendo a tentativa de as integrar, com muita dificuldade as continha e, sobretudo, com muita dificuldade lhes projetaria o futuro. Por isso o CACI, Centro de Atividades de Inclusão Social, que em Canidelo irá nascer, representava uma aposta firme numa política de apoio às pessoas com deficiência em Vila Nova de Gaia. Canidelo estava grata ao Presidente da Câmara por ter escolhido a freguesia onde sempre se pretendia viver em igualdade pela liberdade de todos a igualdade de oportunidades. --------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.13. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

4.14. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Ginásio Escolar do Meiral – Proposta de Abertura de Procedimento – Repartição dos Encargos, proposta na Informação INT-CMVNG/2024/15985 de 11 de setembro de 2024". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.14. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

4.15. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Reconversão e Ampliação do Teatro Almeida e Sousa – Proposta de Abertura de Procedimento – Repartição dos Encargos, proposta na Informação INT-CMVNG/2024/15979 de 11 de setembro de 2024".

Senhor Presidente da Freguesia Avintes, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, disse ser com enorme satisfação que ia aquela tribuna da Assembleia Municipal e intervir naquele ponto da Ordem de Trabalhos "concurso público da empreitada de reconversão e ampliação do Teatro Almeida e Sousa". Um projeto que passou por muitas dificuldades, muitos entraves. O senhor Presidente da Câmara, que sempre defendeu que era importante reabilitar um edifício centenário que muito dizia e muito representava para a cultura em particular, mas também para a cultura gaiense. Desde o início foi se deparando, primeiro foi necessário chegar a um acordo com a paróquia de Avintes para que a propriedade do teatro passasse para a Câmara Municipal, já que o anterior acordo, elaborado no tempo do presidente Filipe Menezes, apenas dava o direito de superfície por apenas 25 anos à Câmara Municipal e só em 2018, conseguiu um acordo com a paróquia, para que a posse definitiva da propriedade passasse para a Câmara Municipal de Gaia. Por tudo aquilo, não era de mais reconhecer que só o empenho e a perseverança do sr. Presidente da Câmara, Eduardo Vítor Rodrigues, tornaram possível que o projeto de uma obra de mais de 4 milhões € fosse para a frente, conforme documento em anexo **(vide anexo 8)**. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o <u>Ponto 4.15</u>. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

4.16. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Contrato de Prestação de Serviços Postais a crédito – Procedimento 21-SE/2024 – Autorização de Despesa – Encargos Plurianuais, nos seguintes termos: ----------

• Ano 2024 – € 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros);----------

• Ano 2025 – € 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros);----------

Total – € 500.000,00 (quinhentos mil euros)" ----------

Foi acordado entre todos os Grupos Municipais ser o ponto 4.16 da O.T. discutido na reunião seguinte. -

4.17. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Aquisição de Consumíveis para lavabos – Autorização de Despesa – Encargos Plurianuais, nos seguintes termos: ---

• Ano 2024 – 3 meses - € 2.498,75 (dois mil, quatrocentos e noventa e oito euros e setenta e cinco cêntimos); ----------

• Ano 2025 – 12 meses - € 9.995,00 (nove mil, novecentos e noventa e cinco euros); ----------

• Ano 2026 – 9 meses - € 7.496,25 (sete mil, quatrocentos e noventa e seis euros e vinte e cinco cêntimos);

Total – € 19.990,00 (dezanove mil, novecentos e noventa euros), acresce IVA". ----------

Foi acordado entre todos os Grupos Municipais ser o ponto 4.17 da O.T. discutido na reunião seguinte. -

4.18. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Aquisição de Serviços de Limpeza das fardas do pessoal operário e outros artigos – Autorização de Despesa – Encargos Plurianuais, nos seguintes termos: ----------

• Ano 2024 – 3 meses - € 6.166,67 (seis mil, cento e sessenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos); ---

• Ano 2025 – 12 meses - € 24.666,67 (vinte e quatro mil, seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos);----------

• Ano 2026 – 12 meses - € 24.666,67 (vinte e quatro mil, seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos);----------

• Ano 2027 – 9 meses - € 18.499,99 (dezoito mil, quatrocentos e noventa e nove euros e noventa e nove cêntimos); ----------

Total – € 74.000,00 (setenta e quatro mil euros), acresce IVA".----------

Foi acordado entre todos os Grupos Municipais ser o ponto 4.18 da O.T. discutido na reunião seguinte. -

4.19. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto às seguintes Posturas Municipais de Trânsito: ----------

• Postura Municipal de Trânsito na Avenida Beira Mar, Freguesia de Canidelo; ----------

• Postura Municipal de Trânsito na Travessa da Fonte Branca, União de Freguesias de Grijó e Sermonde;

• Postura Municipal de Trânsito na Rua Dr. Ernesto de Castro e na Rua das Cruzes, união de Freguesias de Grijó e Sermonde; ----------

• Postura Municipal de Trânsito na Rua de Alexandre Braga, União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada; ----------

• Postura Municipal de Trânsito na Rua Henrique Galvão, União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso; ----------

• Postura Municipal de Trânsito no Passadiço do Areinho, Freguesia de Oliveira do Douro". ----------

Foi acordado entre todos os Grupos Municipais ser o ponto 4.19 da O.T. discutido na reunião seguinte. -

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade,** conforme documento em anexo **(vide anexo 9)**. ----------

Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram 00 horas e 52 minutos do dia 20 de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Primeira Secretária da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.----------

A Primeira Secretária



(Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa)

O Presidente da Assembleia Municipal



(Albino Pinto de Almeida)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 1

PS PSD CDS Bloco de Esquerda CDU

CHEGA PAN PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA iniciativa liberal PS PRESIDENTES DE JUNTA

Voto de Solidariedade às Populações e aos Bombeiros

- Dia de Luto Nacional

A Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia delibera manifestar a sua total solidariedade com as populações afetadas pelos incêndios e com as centenas de homens e mulheres mobilizados para o combate às chamas. Ninguém pode ficar indiferente ao que esteve a acontecer no nosso país e, em especial, na nossa região.

A Assembleia Municipal manifesta a necessidade de apoios extraordinários e urgentes destinados a quem, com estes incêndios, ficou sem casa, sem sustento económico, ou outros bens.

A Assembleia Municipal lamenta a existência de vítimas, nomeadamente as que ocorreram entre bombeiros e presta condolências aos seus familiares e amigos, bem como expressa total solidariedade com as populações dos territórios e localidades atingidos pelos incêndios, manifestando também a sua solidariedade e reconhecimento às corporações de bombeiros que combatem as chamas e salvam vidas.

A Assembleia Municipal relembra a todos os cidadãos que representa a necessidade de se completar o cadastro de todo o território do concelho para garantir um eficaz cumprimento de todas as normas de ordenamento e proteção florestal.

A Assembleia Municipal transmite também o seu apoio nas tarefas de completar o cadastro de todo o território do concelho para garantir um eficaz cumprimento de todos as normas de proteção florestal; o apoio na requalificação dos territórios florestais afetados pelas chamas, bem como o controlo da erosão dos solos após a perda de cobertura vegetal; a implementação de programas de reflorestação com espécies nativas mais resilientes ao fogo capazes de proteger as fontes de água para que não sejam contaminadas por cinzas ou detritos; apoiar a agricultura e a manutenção da paisagem bem como ter um mapeamento detalhado das áreas de risco com um plano integrado de gestão de incêndios.

Por isso a Assembleia Municipal delibera aderir ao espírito do Luto Nacional pela morte de bombeiros decretada para amanhã 20 de setembro de 2024.

Vila Nova de Gaia, 19 de setembro de 2024

Grupo Municipal do PS_____ Grupo Municipal do PSD_____

Grupo Municipal do CDS-PP_____ Grupo Municipal do BE _____

Grupo Municipal da CDU _____ Grupo Municipal do CH _____

Grupo Municipal do PAN _____ Grupo Municipal da IL _____

Grupo Municipal dos Presidentes de Junta do PS _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 2
RETIRADO

Iniciativa Liberal | Vila Nova de Gaia
Deputado Único | Assembleia Municipal

Voto de Recomendação | Renomeação do Pavilhão Nelson Mandela para Pavilhão Rui Oliveira

Carlos Lopes. Rosa Mota. Fernanda Ribeiro. Nélson Évora. Pedro Pablo Pichardo.

Antes dos Jogos Olímpicos de Paris de 2024, Portugal tinha apenas 5 campeões olímpicos.

No entanto, a 10 de agosto de 2024, foi feita História e Iúri Leitão e o gaiense Rui Oliveira conquistaram a medalha de ouro de *Madison* nos Jogos Olímpicos e cimentaram Portugal como uma das atuais referências no ciclismo de pista.

Assim, Portugal conta agora com apenas 7 campeões olímpicos em 30 edições dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, uma verdadeira raridade que merece ser celebrada e eternizada.

Assim, na outra margem do rio Douro, a cidade do Porto homenageou a campeã olímpica Rosa Mota, atribuindo o seu nome ao Pavilhão dos Desportos em 1991, sendo desde então conhecido como Pavilhão Rosa Mota.

Nesta margem do rio Douro, o Executivo Municipal pretende inaugurar até ao final do ano de 2024 o Pavilhão Multiusos Nelson Mandela, preparado para acolher futsal, andebol, basquetebol, voleibol e vários espetáculos.

Ora, Nelson Mandela é, sem dúvida, uma figura incontornável da política mundial e uma referência para a Paz, tendo tido uma marca indelével na luta contra o *apartheid* sul-africano e na união de um país completamente dividido após o seu fim. É um ícone que transcende barreiras e estará para sempre associado à luta contra o ódio e segregação racial, pelo que merece todo e qualquer reconhecimento.

No entanto, a sua associação a um pavilhão multiusos desportivo de uma cidade à qual não possui qualquer ligação histórica, social e cultural não nos parece adequada, particularmente no rescaldo dum ano histórico em termos desportivos para Gaia, nomeadamente o facto de, pela primeira vez, termos um campeão olímpico gaiense no atleta Rui Oliveira.

Neste sentido, a Iniciativa Liberal entende que não haverá melhor homenagem que seja inaugurar o Pavilhão Multiusos de Arcos do Sardão com o nome de Rui Oliveira, nome esse que ficará desta forma perpetuado na sua associação ao mais recente pavilhão desportivo gaiense.

Iniciativa Liberal | Vila Nova de Gaia

Deputado Único | Assembleia Municipal

Posto isto, a Iniciativa Liberal, através do seu deputado único, insta esta Assembleia a recomendar junto do Executivo Municipal que todas as diligências sejam efetuadas no sentido de:

- Renomear o futuro Pavilhão Nelson Mandela para Pavilhão Rui Oliveira;
- Estudar a renomeação de topónimos da cidade de Vila Nova de Gaia, de modo a que um quarteirão/bairro da cidade possua o nome de Nelson Mandela e de outras personalidades icónicas mundiais nas suas ruas.

Vila Nova de Gaia, 19 de setembro de 2024

O Deputado Único da IL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
PCP-PEV ANEXO N.º 3

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

Dez Meses da Rede UNIR: Pelas Soluções Urgentes para os Persistentes Problemas da Rede Metropolitana de Transporte Rodoviário

Considerando que:

1. A implementação da Rede Metropolitana "UNIR" foi feita sem o envolvimento direto das populações e utentes no seu planeamento, prevalecendo uma visão economicista que priorizou a propaganda em detrimento da informação clara e acessível aos cidadãos;
2. Passados dez meses, os problemas relacionados com a rede continuam a afetar gravemente os utentes, incluindo falhas no cumprimento dos horários, percursos inadequados, falta de informação e más condições de conforto e segurança nos transportes, além da sobrecarga horária dos motoristas;
3. A Área Metropolitana do Porto e as Câmaras Municipais prometeram a implementação de um sistema de fiscalização até Setembro de 2024, mas essa fiscalização ainda não está efetivamente em vigor, permitindo que os operadores continuem a falhar com muitos dos serviços, a não cumprir horários, a não terem autocarros com o conforto e qualidade exigíveis;
4. A recente aprovação de um aumento do valor a pagar por Km aos operadores de transportes não foi acompanhado de melhorias significativas no serviço prestado, agravando ainda mais o descontentamento dos utentes e das populações afetadas. Sendo certo que o contrato prevê a actualização do valor a pagar aos operadores, também prevê penalizações no valor a pagar em função do incumprimento dos serviços;

Tendo em conta que:

A) É fundamental que a Câmara Municipal, como representante de proximidade, continue a pressionar as entidades competentes para garantir o cumprimento das promessas feitas e a resolução urgente dos problemas.

B) É urgente uma intervenção das autoridades competentes para garantir o cumprimento dos contratos e assegurar que o serviço de transporte público atende às necessidades reais das populações.

A Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em Sessão Ordinária de 19 de Setembro de 2024, recomenda à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e à AMP uma intervenção imediata para:

1. Garantir a divulgação e afixação nas paragens dos horários em toda a rede e o respeito pelo seu cumprimento
2. Proceder aos ajustes necessários à mobilidade das populações, garantindo que ninguém deixa de ter as ligações que tinha antes do funcionamento da rede UNIR e que são implementados os acrescentos que respondam às necessidades;
3. Reforçar a necessidade de fiscalização constante da qualidade do serviço prestado, exigindo que os operadores cumpram integralmente os contratos, tanto no que diz respeito à regularidade dos horários quanto às condições de conforto e segurança dos passageiros e motoristas;
4. Garantir o cumprimento dos direitos dos motoristas, nomeadamente em matéria de respeito pelo horário de trabalho, salários e condições de trabalho, salvaguardando que sejam cumpridos os períodos de folgas e descanso legalmente previstos.

2024.09.19

Pel'A CDU,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 4

Voto de ~~Saudação~~ Louvor

a

Sandro Baessa

(pela conquista da medalha de prata na prova dos 1.500 metros de atletismo T20 - deficiência intelectual - nos Jogos Paralímpicos Paris 2024)

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia,

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Exmos. Srs. Vereadores,

Exmos. Presidentes de Junta de freguesia e uniões de freguesias,

Exmos. Deputados Municipais,

Polícia Municipal,

Colaboradores da Câmara Municipal,

Comunicação Social,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

No dia 6 de setembro, Sandro Patrício Correia Baessa conquistou no Stade de France a medalha de prata nos 1500 metros de atletismo T20 (deficiência intelectual) nos Jogos Paralímpicos Paris 2024.

Atleta da Academia de Atletismo do Clube de Futebol Oliveira do Douro, Sandro Baessa, jovem de 25 anos, sagrou-se vice-campeão paralímpico com o recorde nacional de 3:49.46.

Sandro Baessa já tinha conquistado, em maio do presente ano, a medalha de prata nos 1500 metros T20 (deficiência intelectual) do Campeonato do Mundo de Atletismo Paralímpico de Kobe, no Japão, onde se desenrolou a competição.

Profissional de alto rendimento, está no patamar mais elevado do desporto em Portugal, representando até ao momento, unicamente, a Academia de Atletismo do Clube de Futebol de Oliveira do Douro, clube desportivo que desenvolve um trabalho notável, verdadeiramente inclusivo.

Treina diariamente e, por vezes, realiza treinos bi diários no Estádio Municipal, sob a orientação do Oliveirense Rui Pinto, com o apoio da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro, que reconhecem a Sandro Baessa a categoria de um atleta de eleição.

A entrega e dedicação à modalidade que tanto ama, contribui para catapultar o Desporto Adaptado, a nível local e nacional, seguindo o excelente exemplo Gaiense no que ao Desporto em geral diz respeito.

Assim, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida a 19 de setembro de 2024, delibera:

1. Saudar Sandro Patrício Correia Baessa pela conquista da medalha de prata nos 1500 metros de atletismo T20 (deficiência intelectual) nos Jogos Paralímpicos Paris 2024;

2. Enviar esta deliberação ao atleta (Sandro Patrício Correia Baessa), ao seu treinador (Rui Pinto), ao Presidente da Direção do Clube de Futebol de Oliveira do Douro (Fernando Silva) e à coordenadora da Academia de Atletismo do Clube de Futebol de Oliveira do Douro (Ana Carneiro).

Vila Nova de Gaia, 19 de setembro de 2024

Pelo Grupo Parlamentar do PS,

(Filinto Virgílio Ramos Lima)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 5

Declaração Política

Educação - Abertura do ano letivo

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante Executivo Municipal.

Senhoras e Senhores Deputados.

Estimado Público.

Forças de Segurança.

Comunicação Social.

Caros alunos, famílias, membros da comunidade,

Caros professores, assistentes operacionais, assistentes técnicos, elementos das equipas sociais, funcionários da Autarquia,

Caros eleitos locais,

é com grande satisfação que saudamos a abertura de mais um ano letivo, um marco sempre renovado de esperança e compromisso com o futuro da nossa sociedade.

A escola pública, pilar da nossa democracia, abre novamente as suas portas, reafirmando o seu papel essencial na formação de cidadãos conscientes, críticos e preparados para os desafios de um mundo em constante transformação.

Queremos começar por destacar a capacidade ímpar da escola pública de acolher a todos, sem exceção. Alunos de diversas nacionalidades encontram aqui um espaço de aprendizagem e partilha, onde a diversidade cultural é vista como um ativo valioso.

De igual modo queremos valorizar a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais - uma realidade que nos orgulha e que tem merecido uma atenção muito especial de todos.

A normalidade com que este ano letivo se inicia não deve ser encarada como algo banal, mas sim como o resultado de um esforço coletivo notável. O contributo da autarquia, sempre presente e atuante, o dinamismo do movimento associativo, a liderança dos senhores diretores e a colaboração efetiva dos diferentes órgãos dos agrupamentos escolares, são a prova de que, juntos, somos capazes de superar adversidades e manter o foco naquilo que verdadeiramente importa: a educação.

É também aqui, nesta Assembleia, que, ano após ano, renovamos o compromisso de oferecer uma educação de qualidade, que seja o reflexo dos valores e aspirações da nossa comunidade. E é com um sentimento de dever cumprido que saudamos também os alunos que, tendo concluído com sucesso o seu percurso na escola pública, agora se aventuram pelo ensino superior, levando consigo os conhecimentos e valores adquiridos no seu percurso. Eles são a prova viva de que o investimento na educação gera frutos valiosos, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e profissional dos nossos jovens e, por extensão, para o progresso da nossa sociedade.

Queremos também destacar o compromisso contínuo do nosso Executivo municipal com a Educação, concretizado, por exemplo, com o lançamento de concurso público para um acordo-quadro, num investimento total de 1,2 milhões de euros. O procedimento será divido em dois lotes. O lote 1 diz respeito a parques de jogo e recreio a instalar em recintos escolares, com um valor de 600 mil euros + IVA.

E queremos também congratular o sr. Presidente e a sua equipa pelo investimento de 150 mil euros, concretizado na entrega de 91 projetores às nossas escolas e jardins de infância, momento marcado por uma cerimónia ocorrida há dias em Canidelo.

Saudar toda a nossa comunidade educativa envolvida naquilo que foi o trabalho de acompanhamento dos nossos jovens em férias, um serviço também municipal, complementar ao papel das famílias e reforçando a dimensão pública da Escola, ligando-a ainda mais às famílias: 22 polos em funcionamento, a que se acrescentam dois do GAIAaprende + (i), milhares de refeições e de lanches servidos, atividades que envolveram quase cinco mil alunos.

É assim que se faz a tal normalidade que todos desejamos – trabalhar todos os dias para que a Educação seja o que dela esperamos.

Meus senhores,

Minhas senhoras,

Continua a ser um compromisso do Partido Socialista a Educação e em particular a Escola pública.

Que este ano letivo que agora começa seja repleto de descobertas, sucessos e aprendizagens significativas. Que cada membro da nossa comunidade educativa se sinta valorizado e apoiado, e que, juntos, possamos continuar a construir uma escola pública que responda aos sonhos e necessidades de todos os que nela vêem uma porta aberta para um futuro melhor. Com a colaboração de todos, professores, alunos, famílias, comunidade e autarquia, continuaremos a trilhar o caminho da inclusão e da inovação. Um caminho que se faz com a certeza de que a educação é o alicerce de uma sociedade mais justa, equitativa e próspera.

A todos e um excelente ano letivo!

Gaia, 19 de setembro de 2024

O Partido Socialista

MAFAMUDE
VILARDOPARAISO
JUNTA DE FREGUESIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 6

Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, 19 de Setembro de 2024

4.8. Empreitada do Pavilhão Municipal de Vilar do Paraíso

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Albino Almeida,
Exmas. Senhoras Secretárias da Mesa da Assembleia;
Exmo. Senhor Presidente da CMG, Prof. Dr. Eduardo Vitor Rodrigues,
Exmos. Senhores Vereadores;
Senhoras e Senhores Deputados;
Digníssimos Colegas Presidentes de Junta de Freguesia,
Polícia Municipal,
Comunicação Social,
Estimado Público,

Depois de verificados vários entraves, quer sociais, movidos pela pandemia covid-19, quer burocráticos, a construção do Pavilhão Municipal de Vilar do Paraíso sairá do papel, passando a constituir uma realidade.

O Desporto é uma realidade insofismável na União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso. A nível nacional, somos das Freguesias com o maior número de atletas inscritos nas mais variadas modalidades, desde o futebol, andebol, basquetebol, ginástica, badmington, artes marciais, hóquei em patins. Por via disso, a construção de um equipamento desportivo tornou-se numa necessidade imperiosa para fazer face à quantidade de associações desportivas que açambarcamos.

Não se tratará apenas de um Pavilhão, mas sim da requalificação de toda a área envolvente do Parque de São Caetano, respeitando e aumentando a mancha arbórea do Parque. O rinque será completamente renovado, mantendo-se o usufruto deste por parte de toda a população.

Este Pavilhão Desportivo representa o maior investimento público alguma vez concretizado em Vilar do Paraíso.

Por via disso, em nome da União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso, o meu profundo agradecimento à Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente Prof. Dr. Eduardo Vitor Rodrigues, que em ~~união de esforços~~ conjunto com a Junta de Freguesia, visionou e acreditou na importância de um espaço como este para o desenvolvimento desportivo e social da nossa comunidade.

Este pavilhão desportivo será mais do que uma obra de cimento e aço. Representará a união de esforços em prol de um bem maior: a promoção do desporto, da saúde e do bem-estar. Será um local onde crianças, jovens e adultos poderão praticar atividades físicas, desenvolver talentos, adquirir valores tais como o espirito coletivo, a disciplina e a superação de desafios.

O Desporto será sempre uma marca distintiva em Vila Nova de Gaia e, indubitavelmente, em Mafamude e Vilar do Paraíso.

Muito obrigada!

A Presidente da Junta de Freguesia,

(Alexandra Amaro)

MAFAMUDE
VILARDOPARAISO
JUNTA DE FREGUESIA

Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, 19 de Setembro de 2024

4.11 - Requalificação da Praceta 25 de Abril

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Albino Almeida,
Exmas. Senhoras Secretárias da Mesa da Assembleia;
Exmo. Senhor Presidente da CMG, Prof. Dr. Eduardo Vitor Rodrigues,
Exmos. Senhores Vereadores;
Senhoras e Senhores Deputados;
Digníssimos Colegas Presidentes de Junta de Freguesia,
Polícia Municipal,
Comunicação Social,
Estimado Público,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 7

É com grande satisfação que vemos acontecer a reabilitação da Praceta 25 de Abril, um espaço que, sem dúvida, representa muito mais do que apenas um local físico para a nossa comunidade.
Esta reabilitação marca a renovação de um lugar que carrega a história e a vivência de muitos, e que continuará a ser palco de novas memórias e convívios.

Parabenizo e expresso o meu sincero agradecimento ao Senhor Presidente e a todo o seu executivo, por terem auscultado os pedidos da comunidade e terem demonstrado o seu compromisso na melhoria da qualidade de vida da nossa população, bem como aos moradores, que acompanharam este processo com constância e entusiasmo.

A requalificação da Praceta 25 de Abril assume como grande objetivo aumentar o polo de maior centralidade da cidade, relacionando os espaços entre si de forma integrada, bem como criando um espaço público de excelência e de contemporaneidade. A grande marca deste projeto será a abertura da praça para a Avenida da República, fomentando a espacialidade e identidade, a hierarquia dos acessos e a sua continuidade.

A Praceta 25 de Abril será mais do que um espaço renovado. Simbolizará o respeito e o cuidado com o nosso ambiente e com as pessoas que aqui vivem. Este espaço será transformado no grande Centro Cívico do Município, pensado para todos, dando consistência à ideia de espaço público, fortalecendo o espírito de comunidade que sempre marcou este local.

O que antes era um local que necessitava de atenção, de ora em diante será um ponto de referência para o convívio, para a socialização e o lazer.
Este é o resultado de um trabalho conjunto, onde a colaboração entre a comunidade e a Autarquia fez toda a diferença.

Senhor Presidente, é de facto um grande orgulho ver acontecer estas obras de grande envergadura que muito dignificam a nossa Cidade e os nossos conterrâneos.
Obrigada pelo seu apoio contínuo e o compromisso com o bem-estar de nossa comunidade, para que juntos possamos continuar a construir um futuro melhor para todos os Mafamudenses e Vilarenses e em geral para todos os Gaienses.

Muito obrigada!

A Presidente da Junta de Freguesia,

(Alexandra Amaro)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 8

Exmo Presidente da Assembleia Municipal e Gaia

Exmos Senhoras Secretárias

Exmo Sr. Presidente da Câmara

Exmas Senhoras e Senhores Vereadores

Caros colegas deputados municipais

Público presente, Comunicação Social e Agentes da PM

Muito Boa noite,

É com enorme satisfação que venho aqui a esta tribuna da Assembleia Municipal intervir no ponto da Ordem de Trabalhos sobre a aprovação da Abertura do Procedimento para o Concurso Público da Empreitada de Reconversão e Ampliação do Teatro Almeida e Sousa.

Este simples ponto que hoje vamos aqui aprovar significa muito para todos os avintenses, pois irá tornar irreversível a reabilitação do centenário Teatro Almeida e Sousa, um projeto que passou por muitas dificuldades, muitos entraves, mas que nunca fizeram baixar os braços ao Sr. Presidente da Câmara, que sempre defendeu que era importante reabilitar um edifício centenário que muito diz e muito representa para a cultura avintense em particular mas também para a cultura gaiense.

A Junta de Freguesia de Avintes e eu próprio sempre acreditamos que apesar dos muitos problemas com que todo este processo, desde o início foi-se deparando, primeiro foi necessário chegar a acordo com a Paróquia de Avintes, para que a propriedade do teatro passa-se para a Câmara Municipal, já que o anterior acordo elaborado no tempo do Presidente Filipe Menezes apenas dava o direito de superfície por apenas 25 anos à Câmara Municipal e só em 2018 o Presidente Eduardo Vítor Rodrigues consegui o acordo com a Paróquia, para a posse definitiva da propriedade por parte da Câmara Municipal de Gaia.

Rua da Escola Central, 75 – 4430-822 Avintes
Tlf: 227 820 321 – Tlm: 969 014 197
geral@jfavintes.pt www.jfavintes.pt
www.facebook.com/juntafreguesiaavintes
www.instagram.com/jfavintes_oficial/

Depois, foi todo um desbravar de dificuldades na reformulação e elaboração de novos projetos para o edifício, dado que aquilo que existia em 2018 tinha já muitos anos e estava totalmente desadequado à realidade de hoje e mesmo à legislação atual, pelo que também deixo aqui uma palavra de reconhecimento para o autor do projeto, o avintense Arq. Joaquim Coimbra.

Por tudo isto, não é demais reconhecer que só o empenho e a perseverança do Sr. Presidente Eduardo Vítor Rodrigues tornaram possível que o projeto de uma obra de mais de 4 milhões de euros, fosse para a frente e que hoje estejam reunidas as condições para que o concurso público da empreitada avance e a obra se possa iniciar no próximo ano, conforme está previsto pela repartição dos encargos plurianuais para os anos de 2025 e 2026, que também vamos aprovar.

Os avintenses estão hoje, após a aprovação deste ponto, mais próximos do que nunca de poderem voltar a entrar naquela sala de espetáculos que muito significado tem para a sua memória coletiva e para as suas tradições e cultura.

Vale a pena por isso acreditar e nunca desistir mesmo perante as dificuldades, quando estamos no caminho certo.

Vila Nova de Gaia, 2024-09-19

O Deputado Municipal e

Presidente de Junta de Avintes

Cipriano Castro

Rua da Escola Central, 75 – 4430-822 Avintes
Tlf: 227 820 321 – Tlm: 969 014 197
geral@jfavintes.pt www.jfavintes.pt
www.facebook.com/juntafreguesiaavintes
www.instagram.com/jfavintes_oficial/

VILA NOVA DE GAIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 9

MINUTA DE ATA Nº 56

Reunião Ordinária de 19.09.2024

Ao décimo nono dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em Sessão Ordinária, tomou as seguintes deliberações:

1. **Foram a Votação as seguintes Atas:** ----------
   a) Foi a Ata nº 51 de 13 de junho de 2024, **Aprovado por Unanimidade**, de acordo com o nº 3 do artigo 34º do CPA. ----------
   b) Foi a Ata nº 52 de 27 de junho de 2024, **Aprovado por Unanimidade**, de acordo com o nº 3 do artigo 34º do CPA. ----------
   c) Foi a Ata nº 53 de 18 de julho de 2024, **Aprovado por Unanimidade**, de acordo com o nº 3 do artigo 34º do CPA. ----------
   d) Foi a Ata nº 54 de 25 de julho de 2024, **Aprovado por Unanimidade**, de acordo com o nº 3 do artigo 34º do CPA. ----------
2. **Foram, no Período de Antes da Ordem do Dia, votados os seguintes documentos:**
   a) Foi um, **Voto de Solidariedade**, apresentado por todos os Grupos Municipais, "às Populações e aos Bombeiros - Dia de Luto Nacional", **Aprovado por Unanimidade.** -------
   b) Foi um, **Voto de Congratulação**, apresentado pelo Grupo Municipal da PS e subscrito por todos os Grupos Municipais, "pelos sucessos desportivos do Atleta Sandro Baessa nos Jogos Paralímpicos", **Aprovado por Unanimidade**. ----------
   c) Foi um, **Voto de Recomendação**, apresentado pelo Grupo Municipal da IL, "Renomeação do Pavilhão Nelson Mandela para Pavilhão Rui Oliveira", **retirado a pedido do Deputado do Grupo Municipal da IL**. ----------
   d) Foi uma, **Proposta de Recomendação,** apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, "Dez meses da Rede UNIR, pelas soluções urgentes para os persistentes problemas da Rede Metropolitana de Transporte Rodoviário", **Aprovado por Unanimidade**. ----------
3. **No Período da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações:** ----------
   a) **Foi o Ponto 4.1. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Proposta de Alteração à Delimitação da Área de Reabilitação Urbana ARU Arnelas e Aprovação da respetiva ORU", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

b) **Foi o Ponto 4.2. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Programa Municipal de Estágios Profissionais remunerados (PMER) – Edição 2024", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

c) **Foi o Ponto 4.3. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Plano Municipal da(s) Juventude(s) 2024-2028". **Foi acordado entre todos os Grupos Municipais ser discutido na reunião seguinte.** ----------

d) **Foi o Ponto 4.4. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Plano de Ação do Programa Radar Social de Vila Nova de Gaia", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

e) **Foi o Ponto 4.5. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Carta Social de Gaia". **Foi acordado entre todos os Grupos Municipais ser discutido na reunião seguinte.** ----------

f) **Foi o Ponto 4.6. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Plano de Ação dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) 5G Gaia Norte e dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) 5G Gaia Sul", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

g) **Foi o Ponto 4.7. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Plano de Desenvolvimento Social de Gaia 2024 / 2028 e respetivo Plano de Ação". **Foi acordado entre todos os Grupos Municipais ser discutido na reunião seguinte**. ----------

h) **Foi o Ponto 4.8. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Empreitada Pavilhão Municipal de Vilar do Paraíso – Aprovação dos Encargos Plurianuais, nos seguintes termos: ----------

- Ano 2023 - € 0 (- € 78.045,54); ----------
- Ano 2024 – € 186.511,41 + IVA = € 197.702,09 (cento e noventa e sete mil, setecentos e dois euros e nove cêntimos) | (- € 1.600.338,42); ----------
- Ano 2025 – € 1.811.574,57 + IVA = € 1.920.269,04 (um milhão, novecentos e vinte mil, duzentos e sessenta e nove euros e quatro cêntimos | (+ € 1.037.233,61); ----------
- Ano 2026 – € 604.858,82 + IVA = € 641.150,35 (seiscentos e quarenta e um mil, cento e cinquenta euros e trinta e cinco cêntimos | (+ € 641.150,35)". ----------

Aprovado por Maioria, com 41 votos a favor (19 do PS e 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 01 do CDS-PP, 02do BE, 02 da CDU, 01 do PAN e 01 da IL) e 06 abstenções (05 do PSD e 01 do CH). ----------

i) **Foi o ponto 4.9. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Empreitada Construção da Unidade de Saúde dos Carvalhos – Reprogramação dos Encargos Plurianuais, em cumprimento do art.º 22.º do DL 197/99 de 08 de junho, repristinado pelo Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: ----------

- Ano 2024 – € 287.083,35 (duzentos e oitenta e sete mil e oitenta e três euros e trinta e cinco cêntimos) IVA incluído; ----------
- Ano 2025 - € 3.445.000,00 (três milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil euros) IVA incluído; ----------
- Ano 2026 - € 3.157.916,65 (três milhões, cento e cinquenta e sete mil, novecentos e dezasseis euros e sessenta e cinco cêntimos) IVA incluído", ----------

Aprovado por Unanimidade. ----------

j) **Foi o ponto 4.10. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Empreitada Unidade de execução da área envolvente ao novo Campo de Jogos de Valadares, União de Freguesias de Gulpilhares e Valadares – Aprovação de Repartição dos Encargos Plurianuais, em cumprimento do art.º 22.º do DL 197/99 de 08 de junho, repristinado pelo Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos:

- Ano 2024 – € 0; ----------
- Ano 2025 - € 1.142.909,18 (um milhão, cento e quarenta e dois mil, novecentos e nove euros e dezoito cêntimos) IVA incluído; ----------
- Ano 2026 - € 1.714.363,78 (um milhão, setecentos e catorze mil, trezentos e sessenta e três euros e setenta e oito cêntimos) IVA incluído". ----------

Aprovado por Unanimidade. ----------

k) **Foi o ponto 4.11. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Empreitada de Reabilitação da Praceta 25 de abril, Freguesia de Mafamude – Repartição dos Encargos Plurianuais, em cumprimento do art.º 22.º do DL 197/99 de 08 de junho, repristinado pelo Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: ----------

- Ano 2024 – € 0; ----------
- Ano 2025 - € 789.705,36 (setecentos e oitenta e nove mil, setecentos e cinco euros e trinta e seis cêntimos) IVA incluído; ----------
- Ano 2026 - € 1.184.558,04 (um milhão, cento e oitenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e oito euros e quatro cêntimos) IVA incluído". ----------

Aprovado por Unanimidade. ----------

l) **Foi o ponto 4.12. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Empreitada Pavilhão Municipal de Olival – SOLC – Empreitada de continuação de trabalhos – Proposta de Abertura de Procedimento – Repartição dos Encargos Plurianuais, proposta na Informação INT-CMVNG/2024/15982 de 11 de setembro de 2024", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

m) **Foi o ponto 4.13. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao CACI Canidelo – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão e Lar Residencial – Proposta de Abertura de Procedimento – Repartição dos Encargos, proposta na Informação INT-CMVNG/2024/15990 de 11 de setembro de 2024", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

n) **Foi o ponto 4.14. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Ginásio Escolar do Meiral – Proposta de Abertura de Procedimento – Repartição dos Encargos, proposta na Informação INT-CMVNG/2024/15985 de 11 de setembro de 2024", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

0) **Foi o ponto 4.15. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Reconversão e Ampliação do Teatro Almeida e Sousa – Proposta de Abertura de Procedimento – Repartição dos Encargos, proposta na Informação INT-CMVNG/2024/15979 de 11 de setembro de 2024", **Aprovado por Unanimidade**. ---------

o) **Foi o ponto 4.16. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Contrato de Prestação de Serviços Postais a crédito – Procedimento 21-SE/2024 – Autorização de Despesa – Encargos Plurianuais, nos seguintes termos: -----

Conta 62 - Prestação de Serviços Postais a crédito ----------

- Ano 2024 – € 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros); ----------
- Ano 2025 – € 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros); ----------

Total – € 500.000,00 (quinhentos mil euros)". ----------

Foi acordado entre todos os Grupos Municipais ser discutido na reunião seguinte. -----

p) **Foi o ponto 4.17. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Aquisição de Consumíveis para lavabos – Autorização de Despesa – Encargos Plurianuais, nos seguintes termos: ----------

- Ano 2024 – 3 meses - € 2.498,75 (dois mil, quatrocentos e noventa e oito euros e setenta e cinco cêntimos); ----------
- Ano 2025 – 12 meses - € 9.995,00 (nove mil, novecentos e noventa e cinco euros); -----
- Ano 2026 – 9 meses - € 7.496,25 (sete mil, quatrocentos e noventa e seis euros e vinte e cinco cêntimos); ----------

Total – € 19.990,00 (dezanove mil, novecentos e noventa euros), acresce IVA". ----------

Foi acordado entre todos os Grupos Municipais ser discutido na reunião seguinte. -----

q) **Foi o ponto 4.18. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Aquisição de Serviços de Limpeza das fardas do pessoal operário e outros artigos – Autorização de Despesa – Encargos Plurianuais, nos seguintes termos: -

- Ano 2024 – 3 meses - € 6.166,67 (seis mil, cento e sessenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos); ----------
- Ano 2025 – 12 meses - € 24.666,67 (vinte e quatro mil, seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos); ----------
- Ano 2026 – 12 meses - € 24.666,67 (vinte e quatro mil, seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos); ----------
- Ano 2027 – 9 meses - € 18.499,99 (dezoito mil, quatrocentos e noventa e nove euros e noventa e nove cêntimos); ----------

Total - € 74.000,00 (setenta e quatro mil euros), acresce IVA". ----------

Foi acordado entre todos os Grupos Municipais ser discutido na reunião seguinte. -----

r) **Foi o ponto 4.19. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto às seguintes Posturas Municipais de Trânsito: ----------

- Postura Municipal de Trânsito na Avenida Beira Mar, Freguesia de Canidelo; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Travessa da Fonte Branca, União de Freguesias de Grijó e Sermonde; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Rua Dr. Ernesto de Castro e na Rua das Cruzes, união de Freguesias de Grijó e Sermonde; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Rua de Alexandre Braga, União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Rua Henrique Galvão, União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso; ----------
- Postura Municipal de Trânsito no Passadiço do Areinho, Freguesia de Oliveira do Douro".

Foi acordado entre todos os Grupos Municipais ser discutido na reunião seguinte. -----

E, nada mais havendo a tratar por hoje, conforme decisão previamente tomada, foi esta reunião dada por encerrada eram 00 horas e 52 minutos do dia 20 de setembro de 2024, da qual se lavrou a presente Minuta de Ata, a qual vai ser lida e assinada pela Senhora Primeira Secretária e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e que foi **Aprovado por Unanimidade**. -----

PRIMEIRA SECRETÁRIA

(Maria Fernanda Almeida M. Sousa, Dr.ª)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Albino Almeida, Dr.)